

ARQUIVO 5

Manuscritos Econômico-Filosóficos: Notas sobre a Evolução da Visão do Homem de Karl Marx

Alexandre César Cunha Leite, Msc

Economista, Mestre em Economia Política, Professor do Centro Universitário UNA, do UNI-BH e da PUC-Minas. E-mail: alexandre.leite@una.br

Resumo

Este artigo realiza uma discussão, que, de modo algum, irá esgotar o assunto da evolução da visão marxiana sobre o homem. Na verdade, esta centralidade do homem nada mais é do que o princípio da determinação de Marx do locus do homem na sua construção científica. A escolha do livro A Questão Judaica, inserido nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, deve-se à forma pela qual Marx aproxima-se bastante de certos temas que seriam tratados mais adiante na sua obra, tais como o conceito de alienação e a posição do homem e do Estado numa nova formação social.

Palavras-chave. Karl Marx, filosofia, economia

Economical-Philosophical Manuscripts: Notes on the Evolution of Karl Marx's Man's Vision

Abstract

This article presents a discussion on Karl Marx's vision of man. In fact, that vision is the beginning of his scientific construction of the locus of man in society. The Jewish Question, inserted in the Economical and Philosophical Manuscripts, was chosen because it was the first time that some concepts, such as alienation and the contraposition between State and Man, appears in his works.

Keywords. Karl Marx, philosophy, economy

Introdução

Este artigo realiza uma discussão sobre a evolução da visão do homem de Karl Marx a partir do texto A Questão Judaica, de 1844. A Questão Judaica foi a obra escolhida, em virtude de esta fazer parte de um período bastante específico da produção científica de Marx. Na verdade, o texto de A Questão Judaica, encontra-se inserido nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (MARX, 1993), o qual sofreu influência significativa da leitura feita por Marx dos textos seminiais de Smith e Ricardo. Ao que tudo indica (RUBEL, 1970), os Manuscritos Econômico-Filosóficos foram uma tentativa de Marx de organizar suas idéias e suas anotações a respeito do que foi compreendido dos textos dos dois autores citados anteriormente. Verdadeiramente, acredita-se que os Manuscritos Econômico-Filosóficos são mais que uma organização das idéias de Marx frente às argumentações de Smith e Ricardo. Julga-se que seja uma primeira aproximação de Marx à construção da crítica ao sistema econômico, alicerçado em suas convicções filosóficas. O fato que pode validar tal impressão é que tais anotações somente vieram a ser publicadas em 1931/2. Foi neste período que Marx iniciou sua incursão sobre áreas bastante amplas do conhecimento. Deseja-se com isto dizer que no período de publicação de tal obra, Marx realizava estudos nos quais associava seu conhecimento filosófico à política e economia. É claro que sua forma de conciliar tal associação é deveras específica. Como se sabe suficientemente bem, Marx acredita que a filosofia incorpora (ou implica) a práxis. E é nesta obra que se observa

¹ Não se sabe ao certo a data da primeira edição (1931, 1932). Porém, Gorender (1983) informa a data de 1932 assim como Konder informa 1931. Para não fazer injustiça, cito ambas que são, por sua vez, citadas em Rubel (1970).

uma primeira junção clara das três áreas da ciência citadas acima.

Justificada a escolha do texto e do tema, prefiro não me alongar demasiadamente nesta introdução. Resta apenas esclarecer que este estudo constitui-se em um estudo bibliográfico, que pretende, ao fim e ao cabo, realizar uma análise da evolução da racionalidade marxiana do homem. Compreende-se que tal visão é fundamental para que Marx construa seu método de investigação dos fatos sociais. Sendo assim, apresento como será a divisão do artigo. Além desta sucinta introdução, será apresentada uma pequena 'resenha' do texto, seguida da discussão a respeito da alienação. Feito isto, inicia-se a análise sobre a relação entre o conceito de alienação presente em tal texto e a evolução da visão do homem de Karl Marx. Finda tal tarefa, seguem-se as considerações finais.

O Debate com Bruno Bauer: Emancipação Religiosa e Emancipação Política

A discussão com o jovem hegeliano Bruno Bauer tem início com o seguinte questionamento: que tipo de emancipação os judeus alemães procuram? Tal questão tem origem na afirmação de Bauer de que, na Alemanha, ninguém é politicamente emancipado. Marx rebate que os judeus não deveriam buscar uma emancipação especial, conforme sua opção religiosa. Intuitivamente, a opção religiosa não vem ao caso. A emancipação deve ser buscada descobrindo a causa geral da sua opressão que, de forma alguma, se refere à opção religiosa. Para fundamentar este argumento, Marx realiza uma comparação entre os judeus alemães e os 'súditos cristãos' e o que se inicia como um tratado sobre a religião, passa rapidamente a um texto a respeito da religião de Estado e do espírito humano.

Marx argumenta que o Estado cristão, suas propriedades e suas próprias leis não podem garantir aos judeus sua emancipação. Isto porque independente da religião, seja judeu ou cristão, o homem ainda é um estranho em relação ao Estado.

Sendo assim, como viria a emancipação? Segundo Marx, "a formulação de uma questão é a sua resolução". Para Bauer, a solução está na emancipação de si próprio, antes mesmo de emancipar-se dos demais. Já Marx afirma que a oposição religiosa é a forma mais 'ferrenha' de oposição. Assim sendo, como impossibilitar a oposição religiosa? Como torná-la inviável? Sua resposta é a seguinte:

"Um caminho seria abolir a religião. Assim que o judeu e o cristão reconheçam apenas nas suas religiões opostas diferentes estágios no desenvolvimento do espírito humano pelas serpentes expelidas pela história e o homem como a serpente que com elas se vestiu - já não se encontrarão em oposição religiosa, mas numa relação puramente crítica, científica e humana. A ciência constituirá então a sua unidade. As oposições na ciência serão, porém, resolvidas pela própria ciência (MARX, 1993, 25)."

Do trecho citado acima, pode-se observar que a emancipação é um processo bem mais complexo do que até então imaginava Bruno Bauer. Ela passa por um processo de emancipação religiosa, por uma solução 'contraditória' entre a religião e o Estado e a participação do homem em tal relação. Deve também ser salientado o aparecimento da idéia de 'práxis' e da cientificidade. Ou seja, a emancipação pressupõe a ação do homem que por sua vez será pautada pela ciência.

Para Bauer, a emancipação passa pela renúncia dos judeus ao judaísmo e que o homem em geral abandone a religião. Pois apenas deste modo este se tornaria cidadão.

"Por outro [lado], pensa e com obrigatoriedade lógica que a abolição política da religião constitui a abolição de toda a religião. O estado que pressupõe a religião não é ainda um Estado verdadeiro ou real. Sem dúvida, a doutrina religiosa proporcional ao Estado algumas garantias. Mas a que Estado? A que espécie de Estado?" (MARX, 1993: 27)."

Mas a questão fundamental ainda permanece sem ser elucidada. A pergunta relevante, segundo Marx é: que espécie de emancipação está se buscando? Segundo Marx, a resposta à questão encontra-se na emancipação política; e nenhuma outra resposta poderia elucidar tal questão. Segundo Marx,

"Observamos o equívoco de Bauer no fato de só submeter à crítica o Estado cristão, e não o Estado como tal, de não examinar a relação entre a emancipação política e emancipação humana e, portanto, de colocar condições que só se explicam pela confusão à crítica da emancipação política e da emancipação humana universal."

Ou seja, a discussão a respeito da condição humana do judeu estaria sempre relacionada ao local (Estado) onde o judeu se encontrasse. O que nos leva a acreditar que o problema da condição humana, não só do judeu, mas de qualquer 'cidadão', está diretamente relacionado ao Estado, ao homem político, e não à sua religião ou à religião que prevalece em qualquer Estado. Nas palavras do próprio Marx,

"Exclusivamente onde o Estado político existe na sua forma plenamente desenvolvida é que a relação do judeu, do homem religioso em geral, com Estado político, pode surgir na sua especificidade, na sua pureza. A crítica de tal relação deixa de ser teológica logo que o Estado cessa de manter uma atitude teológica perante a religião, quer dizer, quando se comporta como Estado, ou seja, politicamente. A crítica torna-se, conseqüentemente, crítica do Estado político. Neste ponto, onde a questão deixa de ser teológica, a crítica de Bauer deixa também de ser como tal (MARX, 1993: 28)."

Utilizando o exemplo da sociedade norte-americana, que recebeu a alcunha de país da 'plena emancipação política', Marx demonstra que ainda aí existe a religião. Que esta se encontra vigorosa e de forma alguma se opõe à perfeição do Estado. Se, contudo, a existência da religião constitui-se em defeito, os constrangimentos à emancipação humana não se encontram na base da religião, e sim no que Marx denomina de limitações seculares. Com o passar do tempo, a história encarregou-se de transformar questões seculares em questões teológicas, dissolvendo estas questões em superstição. "A questão da relação entre emancipação política e religião é para nós o problema da relação entre emancipação política e emancipação humana".

"Concluímos que a emancipação política do judeu, do cristão do homem religioso em geral -, é a emancipação do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo e à religião como um todo. O Estado emancipa-se da religião à sua maneira, seguindo o modo que corresponde à sua própria característica, libertando-se da religião de Estado; quer dizer, ao não reconhecer como Estado nenhuma religião e ao afirmar-se pura e simplesmente como Estado (MARX, 1993: 30)."

Percebe-se que o limite da emancipação encontra-se no homem. O homem livre faz o Estado livre. Enquanto os homens que compõem o Estado cultivarem uma dependência da religião, o Estado, por questão de sobrevivência, apenas terá uma atitude de respeito à religião destes homens. Sendo assim, mesmo que o homem, por meio do Estado, liberte-se da contradição religiosa, o Estado, seu intermediário na emancipação, e o próprio homem, ainda o reconhecerá através de um outro intermediário indireto.

"A religião é apenas o reconhecimento do homem de maneira indireta; quer dizer, através de um intermediário. O Estado é o intermediário entre o homem e a liberdade humana. Assim, como Cristo é o mediador a quem o homem atribui toda a sua divindade e todo o seu constrangimento religioso, assim o Estado constitui o intermediário ao qual o homem confia toda a sua não divindade, toda a sua liberdade humana" (MARX, 1993: 30).

Segundo Marx, a ascensão política do homem pressupõe o 'banimento' da propriedade privada. Entretanto, com a eliminação política da propriedade privada, são eliminadas também as conseqüências da sua existência, tais como a posição social, diferença educacional e as distinções profissionais. A conseqüência desta eliminação para o Estado não é conveniente. Pois o Estado permite que estas distinções atuem como um aliado. Ao aceitar a afirmação de Hegel de que para "que o Estado surja como a realidade ética autococonsciente do espírito, é essencial que se distinga das formas de autoridade e de fé" (HEGEL, 2003, apud MARX, 1993). Marx acaba por concordar que o estado deve então superar aquelas subdivisões no interior da religião (esferas eclesásticas) para alcançar o que Hegel chama de *universalidade*.

O Estado político é então a vida genérica do homem em oposição à sua vida material. E desta forma, continuam a existir todas as implicações da vida egoísta na sociedade civil. Segundo Marx,

“Onde o Estado político atingiu o pleno desenvolvimento, o homem leva não só no pensamento ou na consciência, mas na realidade, na vida, uma dupla essência celestial e terrestre. Ele vive na sociedade política, em cujo seio é considerado como ser comunitário, e na sociedade civil, onde age como simples indivíduo privado, tratando os outros homens como meios, aviltando-se a si mesmo em seu meio e tornando-se joguete de poderes estranhos (MARX, 1993: 32)”

A meu ver, uma primeira versão da idéia de alienação. Que fica mais clara quando este destaca que esta forma de o homem reconhecer outro homem constitui-se em um fenômeno ilusório. *“Em oposição, no Estado, onde é olhado como ser genérico, o homem é o membro ilusório de uma soberania imaginária, despojado da sua vida real individual, e dotado de universalidade irreal (MARX, 1993: 32)”*.

Desta forma, pode-se entender de forma mais clara que o Estado apenas garante a aparência de uma vida na qual, na realidade, a soberania do homem não passa de imaginária. Contudo, deve ser ressaltado, que a emancipação política não é uma vitória vazia. Ela certamente é parte de um processo de progressão do homem. Mas não é sua fase final. Pois a religião não é, em si, o espírito do Estado. Esta é, simplesmente, a forma que o Estado reconhece a diferença entre os seus cidadãos, sem ter que separá-los, diferenciando-os mediante a demonstração explícita da sua posição frente a existência da propriedade privada. Pois tal situação colocaria às vistas do homem a sua real posição. Situação esta totalmente desinteressante para o Estado.

Observa-se então uma emancipação do Estado da religião, mas não se pode dizer a mesma coisa a respeito do homem e o Estado. E nesta situação encontram-se os Estados judeus e cristãos. Não há, neste aspecto, distinção entre ambos.

“Não é o homem que prevalece no chamado Estado cristão, mas sim a alienação. O Rei único homem que importa encontra-se de maneira específica diferenciado dos outros homens, e surge ainda como ser religioso inteiramente ligado ao céu e a Deus. As relações aqui existentes são ainda relações de fé. Neste momento, o espírito religioso não se encontra totalmente secularizado.... O Espírito religioso só pode se realizar se o mesmo estágio evolutivo do espírito humano, de que ele é a expressão religiosa, se manifesta e constitui na sua forma secular. Isto é o que ocorre no Estado democrático. O alicerce deste Estado não é o cristianismo, mas a base humana do cristianismo. A religião se conserva como a consciência ideal, não secular, dos seus membros, porque é a forma ideal do estágio evolutivo humano, que nele se alcançou. (MARX, 1993: 37-38)”

Fica então claro que existe uma ligação muito complexa, mas ao mesmo tempo obrigatória, entre o Estado e a religião. Visto que a religião é o espírito da sociedade civil e que o homem é alienado em relação ao seu lugar dentro desta formação social. Mesmo diante de um processo de emancipação política, o homem permanece perdido para si, alienado, 'sujeito ao domínio das condições e elementos inumanos,

“O homem ainda não surge como real ser genérico. O sonho, a criação da fantasia, o postulado do cristianismo, a soberania do homem mas do homem como ser alienado distinto do homem real - é, na democracia, realidade palpável e presente, máxima secular (MARX, 1993: 38)”

Marx permanece afirmando que mesmo diante do cristianismo, uma prática democrática, pois não obriga ninguém a segui-lo, o Estado encontra-se ao mesmo tempo emancipado politicamente, mas ainda ligado à consciência religiosa. Ou seja, a emancipação política da religião permite que a religião permaneça como essência. Portanto, a emancipação do Estado a respeito da religião não é a emancipação do homem real a religião. A emancipação política não é a emancipação humana.

Mesmo diante da emancipação política, ainda existirá a propriedade privada, que por sua vez, garante ao indivíduo o direito de escolha quando este for usufruir dos seus bens. Este direito por si só, já garante a distinção entre os mesmos. E ao Estado cabe guardar este direito. Ou seja, cabe ao Estado assegurar a existência do egoísmo humano. O Estado possui o monopólio da violência.

“Desta forma, nenhum dos possíveis direitos do homem vai além do homem egoísta, do homem como membro da sociedade civil; ou seja, como indivíduo destacado da comunidade, limitado a si próprio, ao seu interesse privado e ao seu capricho pessoal. Em todos os direitos do homem, ele mesmo desta longe de ser considerado como um ser genérico; ao contrário, a própria vida genérica a sociedade surge como sistema que é exterior ao indivíduo, como restrição da sua independência original. Praticamente o laço que os une é a necessidade natural, a necessidade e o interesse privado, a preservação da sua propriedade e das suas pessoas egoístas (MARX, 1993: 43)”

O que se pode observar do raciocínio até então descrito é que o homem só conseguiu sua liberdade religiosa, sua liberdade de escolha. Mas de forma alguma sua emancipação religiosa. O egoísmo ainda permanece como fundamento do seu comportamento e o Estado é a instituição responsável por salvaguardar as escolhas egoístas do homem individual. Para fins de conclusão parcial, tal situação pode ser definida uma outra forma: o homem permanece alienado, somente o meio utilizado para mantê-lo alienado é que foi alterado.

Realizada a descrição sintética do texto, cabe agora iniciar a análise a respeito de

como a visão marxiana do homem evolui. Tal discussão será realizada no tópico seguinte.

Notas Sobre a Evolução da Visão do Homem: Alienação² nos Manuscritos

Em um mundo em que o homem não se vivencia como agente ativo de seu controle sobre este mesmo mundo, em que o homem não se volta para si mesmo, vivencia-se a alienação. Desta maneira, a alienação para Marx, significa que o homem não se vivencia como agente ativo de seu controle sobre o mundo, mas que este último permanece-lhe estranho a ele mesmo. Ou seja, o homem torna-se passivo, sujeito e objeto (ou predicado) separados.

Segundo argumenta Fromm (1964), esta idéia surge do conceito de idolatria. Isto se deve não ao fato de os homens cultuarem outros (ou muitos) deuses, mas sim destes deuses serem oriundos da criação do próprio homem. Acredita-se que esta idéia aproxima-se bastante do conceito de *coisificação*¹ presente tempos depois no *Capital*. Pois o que se pode observar é a transferência ou a dotação de poderes a uma coisa inanimada, sem vida, que adquire importância significativa na vida do ser humano. E, neste caso, quanto mais poder o homem transfere às coisas, mais pobre perante este processo de coisificação ele fica.

"Transfere às coisas de sua criação os atributos de sua própria vida, e, em vez de experienciar-se com a pessoa criadora, só entra em contato consigo mesmo através da adoração do ídolo. Ele se alheou às forças de sua própria vida, à riqueza de suas próprias potencialidades, e só entra em contato consigo mesmo de maneira indireta, submetendo-se à vida congelada nos ídolos (FROMM, 1964: 52)."

Porém, Marx vai além da idolatria. Levando em consideração o processo de divisão do trabalho, a dissociação entre os meios de produção e seu sujeito principal, a origem da propriedade privada e o sistema capitalista, Marx consegue ultrapassar a visão de simples idolatria e alcançar a escravização da mercadoria ou o "ápice da desumanidade da exploração capitalista". Ou seja, o homem, ser estranho a ele mesmo, passa a enxergar-se no produto do seu trabalho. Para que tal separação surja na sociedade, é necessário que a propriedade privada esteja estabelecida. Pois assim, o homem, dissociado de sua base de produção, deve se entregar ao trabalho para que possa realizar-se como ser social. Porém, este trabalho perde-se para o homem, pois seu resultado assume uma existência à parte, separada do seu produtor, oposto a ele. Este trabalho torna-se então alienado. Pois deixou de ser para

¹Segundo Hegel, a alienação é a percepção de si própria, mas ao fazê-lo, ela oculta aquele objetivo de sua própria visão e fica orgulhosa e bem satisfeita nesta alienação de sua própria essência.

²Que posteriormente no *Capital* apresenta-se como teoria sobre o Fetichismo da Mercadoria.

o homem sua realização natural, realizando-se no seu fruto, que por sua vez lhe é estranho. "Enquanto o homem se torna, pois, alienado de si mesmo, o produto de seu trabalho torna-se um objeto estranho que o domina" (MARX, 1993). Assim, o homem acaba afastando-se de suas próprias capacidades criadoras e o objeto de seu trabalho apresenta-se dotado de poderes que o dominam.

Todo este processo de coisificação do homem¹ (RUBIN, 1980) indica que o indivíduo, sendo representante da sua espécie, não acrescenta nada ao desenvolvimento da humanidade. Pois não existe o "desabrochar" da sua humanidade, seu processo intelectual fica interrompido. O trabalho alienado conserva o homem em um estado de letargia, de apatia, perante sua função de desenvolvimento humano. Transformado em coisa ao longo do processo de produção, associado às máquinas, sendo apenas um empregado, o homem não encontra condições favoráveis para continuar seu desenvolvimento intelectual. Marx afirma nos Manuscritos que "a emancipação da sociedade da propriedade privada, da servidão, assume a forma política de emancipação dos operários; não na aceção da emancipação destes ser a única em jogo, mas por esta abranger a emancipação da humanidade como um todo". Isto implica que a emancipação do homem encontra-se no rompimento da relação de servidão existente nas condições de produção, ou seja, na relação entre trabalhador e produção.

Quando Marx, nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, discorre sobre o trabalho alienado, ele inaugura uma forma nova de argumentação crítica. Aceitando todos os pressupostos da Economia Política, suas leis e sua terminologia, Marx afirma que os pensadores da Economia Política [Clássica] apenas aceitam, concebem a propriedade privada, sem maiores explicações. Justamente por considerar a propriedade privada como dada, sem maiores detalhamentos, a Economia Política não possuía dimensão dos seus efeitos sobre o Homem, não podia compreender a alienação presente no sistema social, principalmente, no sistema capitalista.

Sua atenção então se concentra em compreender todo o sistema que define a alienação (o trabalho alienado). O que surge de forma pré-construída na Questão Judaica, a discussão da forma de emancipação, passa agora a ser demonstrada em termos do sistema capitalista. A separação existente entre trabalho, terra, capital, cria um processo de constante desvalorização do homem, 'do mundo humano' que leva a elevação em razão direta, dos objetos construídos pelo homem.

Acredito que somente agora se pode compreender o que Marx quis dizer quando este afirmava que "o trabalho não cria apenas objetos, ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens". O produto de toda a atividade humana, transformado em trabalho, é convertido em objeto, objeto este que não é controlado, conhecido, pelo seu produtor. O objeto é então a personificação do ser humano, da figura do homem

¹Rubin (1980) utiliza o termo de reificação das relações de produção e coisificação do homem.

Manuscritos Econômico-Filosóficos: Notas sobre a Evolução da Visão do Homem de Karl Marx

social, que por sua vez, realiza-se no objeto de seu trabalho, transmutando-se em coisa.

"A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, o que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como uma força estranha e hostil (MARX, 1993: 96)."

E ainda,

"O trabalho alienado converte a vida do homem como membro da espécie, e também como propriedade mental da espécie dele, em uma entidade estranha e em um meio para sua existência individual. Ele aliena o homem de seu próprio corpo, a natureza extrínseca, de sua vida mental e de sua vida humana (MARX, 1993: 101)."

Então, o trabalho alienado constitui-se em trabalho externo ao trabalhador, pois não faz parte da sua natureza. Assim, o trabalhador, o homem, não se realiza naturalmente no trabalho, e por sua vez, não se desdobra intelectualmente, como ente-espécie, quando submetido a tal situação. Fica assim, o homem alienado do próprio homem, alienado da sua relação com os outros homens.

Da discussão feita até agora, segue-se, nos textos seguintes da bibliografia de Marx, para a transformação do conceito de alienação para o de fetichismo da mercadoria. Esta transformação estaria no centro da análise do sistema capitalista, principalmente nos trabalhos críticos à Economia Política [Clássica]. Esta transformação é gradual, passando pela Contribuição à Crítica, pelos Grudrisses terminando, acredito, no Capital. Porém, este prolongamento, não faz parte do escopo deste trabalho, ficando para uma provável e necessária continuação. Parte-se então às considerações finais, buscando associar a primeira aproximação de Marx à idéia de alienação, presente na discussão de emancipação do texto da Questão Judaica com o seu aprimoramento, a meu juízo, presente ao longo dos Manuscritos Econômico-Filosóficos.

Considerações Finais

Dá-se início às considerações finais com a observação de que Marx claramente passa, assim como vários outros cientistas sociais, por um processo de refinamento da sua teoria. Acredita-se que no caso da sua visão do homem não seja diferente.

MARX (1993: 99). Segundo Marx, o nome ente-espécie é tomado de Das Weses des Christentums (A Essência do Cristianismo) de Feuerbach. O emprego de tal termo por Feuerbach tinha o intento de distinguir a consciência do homem da dos animais. Sendo que o homem apresenta-se mais consciente de si como indivíduo assim como de si como membro de uma espécie.

Após leitura atenta de Hegel e incorporando parte de suas observações, Marx toma contato com a Economia Política (Clássica), aceitando parte de seus postulados e ao mesmo tempo realizando uma dura crítica ao seu método de investigação.⁶ Observa-se que Marx dá continuidade ao seu conceito do homem. Quando jovem, escrevendo os Manuscritos Econômico-Filosóficos (estando o livro A Questão Judaica nele inserido), Marx encontra-se preocupado com a natureza humana. Sua discussão passa pela emancipação que tornaria o homem mais humano, integrante de uma espécie, parte de um processo de evolução intelectual. Assim, ele chega à sua versão de alienação. Aquela que deveria ser eliminada por intermédio da emancipação religiosa e política, como consta na Questão Judaica. Nos Manuscritos Econômico-Filosóficos, Marx chega ao trabalho alienado, uma versão aprimorada frente àquela presente na Questão Judaica. Esta supera a versão Hegeliana⁷ ao adaptar-se ao sistema social ao qual o homem encontra-se submetido. Chega-se então ao trabalho alienado. Uma forma de associar a alienação, idéia de distanciamento de si por si mesmo, com a variável fundamental do sistema capitalista, o trabalho. Assim, Marx chega ao ponto em que ele mostra que o homem reproduz sua própria alienação. Quando Marx escreve o Capital e define a mercadoria como a unidade do sistema capitalista e que por trás desta unidade existe o fenômeno psicológico do fetichismo, ele apenas evolui na apresentação de uma mesma idéia já apresentada, ou seja, uma nova versão de como o sistema capitalista corrrompe a essência do homem.

Desta forma, quando Marx associa o trabalho e a alienação, ele consegue demonstrar que a posição do homem, frente à sociedade capitalista, sofre uma deterioração. Pois este deixa de realizar-se como homem, como ente-espécie. Quando então chegamos à leitura do Capital, sentimos certa estranheza ao averiguarmos que o primeiro capítulo⁸ é sobre a mercadoria. Mas devemos ter em mente que aquele capítulo sobre a mercadoria nada mais é que um capítulo sobre a coisaificação do homem em objeto. O capítulo sobre a mercadoria é o capítulo que nos informa que a unidade do sistema capitalista é produto do trabalho humano alienado. Trabalho este que coloca o homem em posição secundária frente ao seu predicado, seu produto.

Chega-se, então, à conclusão de que Marx criou sua visão sobre o homem nos seus primeiros escritos. Foi neste período que ele conseguiu identificar que o homem reproduz seu processo de deterioração. O que vemos nos textos posteriores aos

⁶Esta crítica fica mais evidente no Contribuição à Crítica da Economia Política.

⁷Estou, neste ponto, de pleno acordo com Fromm, quando este afirma que a teoria de Marx sobre o Homem nasce do pensamento de Hegel. Para Hegel, o conhecimento não pode ser plenamente atingido através de um método que dissocia o sujeito e o objeto. Para que o homem conheça o mundo, o homem tem de fazer do mundo seu próprio mundo. Para atingir a essência, o homem deve penetrar em si mesmo.

⁸Não posso deixar de fazer a observação de que, neste primeiro capítulo, três tópicos à frente, discute-se a alienação, na sua forma aprimorada e identificada ao capitalismo, a saber: o fetichismo.

Manuscritos Econômico-Filosóficos é, a meu juízo, um prolongamento do que já foi escrito nestes Manuscritos. Nos textos posteriores cabe ao leitor entender que Marx já fez a análise sobre o homem, o que ele faz após esta primeira teorização é compreender que no sistema capitalista, o homem somente realiza-se para os outros homens e para o sistema social no qual vive através do seu trabalho.

Cabe ainda ressaltar que este trabalho não tem a intenção de esgotar a análise da teoria marxiana, mas sim, iniciar a discussão inerente a uma agenda de pesquisa que busca uma avaliação das bases do pensamento de Karl Marx.

Referências

- FROMM, Erich. *Marx y su concepto del hombre*. Espanha: FCE. 1998 [1964].
- GORENDER, Jacob. *Apresentação a O Capital de Karl Marx*, vol 1, São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os economistas), 1983.
- HEGEL, George Wilhelm Friedrich. *Principios da Filosofia do Direito*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 372p.
- HEGEL, George Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. São Paulo: Vozes, 1997.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Edições 70, 1993. 272p.
- RUBEL, Maximilien. *Karl Marx: Ensaio de Biografia Intelectual*. Buenos Aires: Paidós, 1970.
- RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

AREUNA Revista de Economia, Administração e Turismo é editada quadrimestralmente e destina-se à divulgação de artigos técnico-científicos originais e inéditos, desenvolvimentos tecnológicos e trabalhos acadêmicos elaborados em português, inglês ou espanhol, contemplando as áreas de Economia, Administração e Turismo e áreas afins.

NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DOS ARTIGOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS

COMPOSIÇÃO DO ARTIGO

Título: no máximo 90 toques.

Nome(s) do(s) autor(es): por extenso, negrito e separados por ponto e vírgula

Informações sobre o(s) autor(es): Titulação, Instituição, Departamento, endereço e e-mail. Estas informações devem vir logo abaixo dos nomes dos autores.

Resumo: preferencialmente até 15 linhas

Palavras-chave: no máximo 5

Título em inglês: no máximo 90 toques

Abstract: preferencialmente até 15 linhas

Keywords: no máximo 5

Introdução

Material e Métodos

Resultados e Discussão

Conclusões

Agradecimentos (facultativo)

Bibliografia

Outros tipos de contribuição (Revisão de Literatura, Comunicado Técnico) para a revista poderão ter a seqüência adaptada ao assunto.

Quando o artigo for apresentado em idioma estrangeiro (inglês ou espanhol), a seqüência de título, resumo e palavras-chave deverá ser apresentada no idioma principal e, depois, em português.

EDIÇÃO DO TEXTO

Processador: Word para Windows versão 6.0 ou posterior

Fonte: Arial, tamanho 16 para o título, 12 para os nomes dos autores e 11 para o restante do texto.

Espaçamento 1,5 ao longo do texto.

As grandezas devem ser expressas no SI (Sistema Internacional).

Formato - Tamanho A4, orientação retrato, margens superior e inferior de 2,54 cm, e esquerda e direita de 3,0 cm, não numeradas, máximo 20 laudas.

O título do artigo deve ser escrito em letras maiúsculas, negrito e centralizado. Os outros Títulos e Subtítulos, Resumo, Abstract, Palavras-chave e Keywords deverão ser alinhados à esquerda e apenas as primeiras letras maiúsculas.

As figuras devem ser apresentadas com tamanho e detalhes suficientes para a composição gráfica, preferivelmente na mesma posição do texto e em branco e preto. As figuras devem apresentar-se sem bordas, sendo os traços dos eixos x e y com ¼ pt e a legenda na posição inferior da mesma. A numeração deve ser sucessiva em algarismos arábicos, impressos a laser ou jato de tinta. Evitar tabelas extensas e dados supérfluos, adequar seus tamanhos ao espaço útil do papel e colocar, na medida do possível, apenas linhas contínuas horizontais; suas legendas devem ser concisas e auto-explicativas. Fotografias devem ser em preto e branco. Na discussão, confrontar os dados obtidos com a literatura. As curvas das figuras (gráficos) deverão ter espessura de 0,5 pt, sendo seus textos, referentes aos eixos, em fonte Arial, tamanho 11, assim como as diferentes curvas do gráfico devem ser diferenciadas através de simbolias ou traçados diversos e não através de cores distintas.

Todas as equações que fizerem parte do texto deverão ser alinhadas com o parágrafo e numeradas, como segue:

$$y = ax + b \quad (1) \quad \text{em que, } y = \text{velocidade (m s}^{-1}\text{), } a = \text{coeficiente angular, ...}$$

CITAÇÕES NO TEXTO

- Quando a citação possuir apenas um autor: ... Lamounier (1997) ou ... (LAMOUNIER, 1997);

- Quando possuir dois autores: ... Santos & Martinez (2001) ou ... (SANTOS & MARTINEZ, 2001);

- Quando possuir mais de dois autores: ... Weston et al. (1997) ou (WESTON et al., 1997).

Bibliografia: As referências citadas no texto deverão ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, e seguir as normas ABNT.

As contribuições para a revista, elaboradas segundo as normas, deverão ser enviadas em 3 vias impressas e em disquete 3 ½", para o endereço:

Secretaria do Mestrado em Turismo e Meio Ambiente

A/C Andréa Lameirinhas

Rua Paulo Piedade Campos, 420 - B. Buritis CEP: 30455-250